



## FORA O CAPITAL E SUAS IDEIAS DE DIREITA!



### NESTE NÚMERO:

- ENFRENTAR A CRISE E A DIREITA COM MOBILIZAÇÃO
- IMPOSTO SINDICAL: FÁBRICA DE PELEGOS
- RIO DE JANEIRO E AS INTERVENÇÕES AUTORITÁRIAS
- REVOLUÇÃO RUSSA: REVOLUÇÃO DE OUTUBRO
- REUNIÃO G20: GOVERNOS, "BEM VINDO AO INFERNO"

# A CRISE SE APROFUNDA E A DIREITA CRESCE. É PRECISO UMA POLÍTICA PARA MOBILIZAR A CLASSE TRABALHADORA

**A** crise brasileira é das mais profundas. É econômica, mas também é social, política e até ideológica porque abre uma disputa de projeto de sociedade: qual classe social – a classe trabalhadora ou a burguesia – vai conseguir responder aos problemas de acordo com os seus interesses e necessidades.

A burguesia, detentora do poder político, já aplica medidas para salvar sua pele. Várias medidas estão sendo adotadas por Temer (as reformas previdenciária e trabalhista, a terceirização, o limite de gastos públicos, etc.) visando jogar sobre as costas dos trabalhadores o custo da crise.

O resultado dessas medidas é o aumento da pobreza e da miséria. Então, aos olhos e no bolso da classe trabalhadora, a crise não se resolveu e nem deve se resolver em curto espaço de tempo.

São os pobres ficando mais pobres, a classe média perdendo emprego (reduzindo despesas de lazer, de viagens, etc.) e os serviços públicos sendo cortados para dificultar ainda mais a situação financeira de quem os usa. Além disso, ainda têm o endividamento generalizado, milhões de desempregados, redução de salários e renda, aumento da violência, etc.

A falência dos estados e municípios também parte da crise. A falta de segurança, de hospitais e de escolas públicas (com as existentes sem condições mínimas de funcionamento) e o atraso no pagamento de salários do funcionalismo paralisam boa parte dos serviços, parecendo que tudo fugiu ao controle.

O caos, o desespero e a desesperança começam a tomar conta do cotidiano das pessoas e o Rio de Janeiro é um exemplo extremo do que estamos enfrentando no país, há outros na mesma situação de falência da gestão pública.

Contudo, além do custo da crise sobre os trabalhadores a saída apresentada pela mídia, pela burguesia e pelos governos é o processo eleitoral

para 2018.

## AS IDEIAS DE DIREITA GANHAM FORÇA NAS MASSAS

Com o desenvolvimento da crise econômica e em resposta a ela, a aplicação dos planos de ajustes fiscais, a não manutenção da política de crédito, a queda no consumo, etc., os governos petistas (sobretudo no mandato de Dilma) foram se desgastando e perdendo a credibilidade.

Isso levou a uma ruptura tanto de uma parcela da classe média como de parcelas de regiões operárias com o PT. Esse processo, como já dissemos, foi pela direita e se expressou na votação em Aécio e na eleição desses deputados e senadores com perfil de direita que aí estão.

Com isso a direita tem conseguido vincular os problemas da crise à gestão petista e foi o que vimos também com impeachment de Dilma, inclusive com muitos defendendo saídas abertamente fascistas, como a “intervenção militar”.

Quem tem dado força a esse processo é parcela importante da classe média, principalmente sua “camada superior”, que se aproxima cada vez mais de ideias da direita, seja de Bolsonaro ou Dória. Buscam construir a ilusão de que podem resolver os problemas da crise econômica e ao mesmo tempo melhorar as condições de vida de todos.

Não é por acaso o fato de Bolsonaro ter mais de 25% de aprovação entre as pessoas com ensino superior e os que ganham entre 5 e 10 salários-mínimos.

## AS ALTERNATIVAS...

Durante toda a crise política (impeachment, denúncia contra Temer, desgaste de vários políticos, experiência com o PT, etc.) um fato que chamou a atenção foi a falta de liderança entre os partidos burgueses. Não se construiu nenhum nome capaz de liderar os vários setores da burguesia.

Aécio, antes um

candidato natural, já foi descartado pelo envolvimento nos vários casos de corrupção. Alckmin não consegue deslanchar e ainda conta com oposição interna no PSDB e a própria concorrência com Dória. Maia está em um partido com pouca penetração política nos grandes centros econômicos do país.

A burguesia ainda não tem um nome de consenso. E é esse espaço que Bolsonaro e Dória procuram ocupar. Os dois, reconhecemos, têm um certo respaldo de massas. Qualquer um dos dois representam um sério risco para o conjunto da classe trabalhadora.

## CANDIDATURAS SENDO CONSTRUÍDAS PELA DIREITA

As últimas pesquisas eleitorais trazem algumas questões para a esquerda refletir. Entre elas a força eleitoral de Dória e, principalmente, de Bolsonaro. Dória, prefeito-empresário, coloca em andamento o plano de privatização de parques, do Anhembi, de terminais de ônibus, do Bilhete Único, etc. Na área social também se destaca por ações de repressão aos usuários de drogas e população em situação de rua. De posições de direita vem tentando se viabilizar dentro do PSDB, onde há outros pretendentes como Alckmin. Em algumas pesquisas tem 10% das intenções dos votos.

Bolsonaro vem se destacando pelo discurso abertamente fascista. Não esconde suas posições machistas, homofóbicas e de defensor da tortura. Dependendo das combinações, Bolsonaro tem até 16%. Se considerar o colégio eleitoral de 144 milhões de eleitores, seriam 23 milhões de votos. Em algumas cidades como o Rio de Janeiro chega a liderar.





O crescimento dessas candidaturas se explica, a nosso modo de ver, pela combinação da desesperança das pessoas no atual “status” da política, na crise social e na ausência de uma força política e social capaz de se colocar como alternativa de esquerda. Consequências das crises econômica e política.

### **BOLSONARO NÃO É ALTERNATIVA NEM PARA A BURGUESIA**

A nossa preocupação principal é com a consciência de parte da classe trabalhadora que está pensando em eleger uma figura como Bolsonaro e não propriamente com a possibilidade de ele se eleger. Mesmo com bons números nas pesquisas é pouco provável que a burguesia de conjunto vá legitimá-lo, pois o fascismo não é ainda o último recurso contra o avanço das lutas no país. Há outros elementos a serem considerados: Primeiro, ele não está em um grande partido para lhe dar sustentação. Segundo, a maioria dos grandes industriais e banqueiros não o apoia. Terceiro, não tem sido a política da grande burguesia brasileira (e nem do imperialismo) ter um regime político semelhante ao período da ditadura militar. Quarto a democracia

parlamentar tem cumprindo bem as funções necessárias para o capital manter seus lucros. Há ainda certas liberdades democráticas, e ao mesmo tempo, várias formas legais para reprimir o movimento social quando necessário.

**De todo modo, partidos de esquerda e as organizações do movimento social precisamos ter uma política para enfrentar essa situação, derrotar a “serpente no ninho”.**

### **PT NÃO É ALTERNATIVA. NEM AGORA E NEM EM 2018**

A política do PT, o apoio da CUT (e da maioria das centrais) aos governos petistas, a incorporação dessas centrais à gestão do capital e o respaldo de várias direções do movimento social à essa política foram determinantes para a desarticulação política do movimento dos trabalhadores.

Isso não era por acaso, a política dessas burocracias sindicais conseguiu abafar as lutas contra as políticas de Lula e Dilma e também manter os sindicatos sob controle. E isso foi decisivo para o crescimento da direita.

Com o desgaste de Temer e o crescimento das lutas contra as reformas, o PT buscou se colocar à frente das mobilizações e deslocar as lutas para fortalecer a candidatura de Lula em 2018.

Para nós, o PT e Lula, juntamente com a CUT que os apoiam, não são alternativas para a classe trabalhadora. O recuo da CUT na greve geral do dia 30 de junho (para uns traição, para outros apenas constatação) é uma

demonstração de que a burocracia não tem nenhum compromisso com as reivindicações da classe trabalhadora.

### **E A ALTERNATIVA DOS TRABALHADORES?**

Para nós é urgente uma política que coloque em cena a classe trabalhadora. Somente a classe mobilizada poderá puxar todos os setores oprimidos e explorados da sociedade para enfrentar o crescimento da direita e desses fascistas.

Como sabemos, nada se pode esperar da CUT, do PT, da CTB ou do PC do B. Cabe à esquerda socialista uma política de intervenção na realidade, organizando a classe e a juventude em cada local pelas reivindicações contra o desemprego, por moradia, por serviços públicos gratuitos e de qualidade, etc. e pelo não pagamento da dívida.

Somente assim poderemos construir a resistência, com o fortalecimento no dia a dia da classe trabalhadora para que a saída para a crise econômica seja na defesa de nossas necessidades e não da burguesia.

Não dá para esperarmos em eleições. Em muitos momentos as eleições até fortalecem a direita, mesmo não ganhando podem ampliar a influência política junto aos simpatizantes.

É responsabilidade de todas as forças políticas da esquerda socialista, dos militantes independentes e das organizações do movimento social construir a luta contra as reformas, contra o desemprego, contra o aumento de preços, contra os cortes nos serviços públicos, etc. Enfim, lutar é a nossa saída!

## **O IMPOSTO SINDICAL É UMA FÁBRICA DE PELEGOS. LUTAR PELA AUTONOMIA E LIBERDADE SINDICAL!**

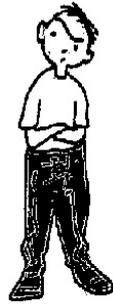
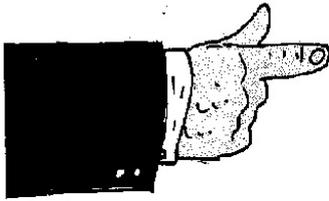
O Imposto Sindical é descontado todo ano, no mês de março, e equivale a um dia de trabalho. Concorde o trabalhador ou não. Seja o sindicato pelego ou de luta.

Foi criado nos anos 40, por Getúlio Vargas, para sustentar os chamados sindicalistas amarelos ou pelegos como são conhecidos atualmente, pois já que todo ano entra dinheiro no

caixa do sindicato para que ir para a base das categorias organizar e sindicalizar os trabalhadores?

Assim, de um lado fortalecia as entidades controladas pelo governo e pelos patrões e de outro lado perseguia os sindicatos independentes e de luta, demitindo e até prendendo os dirigentes sindicais.





Como faz parte da mesma estrutura sindical, as entidades sindicais patronais também arrecadam de seus associados.

### PARA ONDE VAI O DINHEIRO?

Segundo dados do Ministério do Trabalho em 2016 foram arrecadados 3,5 bilhões de reais (entidades patronais e de trabalhadores).

Dá para perceber o porquê de tanta luta da pelegada para manter o Imposto Sindical. Chegaram a apoiar a Reforma Trabalhista para o Imposto Sindical continuar existindo.

Do dia de trabalho descontado de cada trabalhador brasileiro 60% são repassados aos sindicatos, 10% às centrais (CUT, Força Sindical, CTB, entre outras), 15% às federações, 5% às confederações e 10% ao Ministério do Trabalho (neste caso, o governo).

Em 2012 Lula incluiu as centrais sindicais na repartição do imposto sindical e a CUT que se dizia contra o Imposto Sindical ficou caladinha.

### CENTRAIS PELEGAS LUTAM, MAS PARA MANTER O IMPOSTO SINDICAL

Em um dos pontos da Reforma Trabalhista está o fim do Imposto Sindical. Colocado como forma de viabilizar a aprovação na Câmara e no Senado, Temer negociou com vários dirigentes sindicais, em troca do apoio deles à reforma sindical (uma nova lei para que o imposto volte sob um novo nome: “contribuição sindical”).

Essa é a grande mobilização de centrais como Força Sindical, UGT e outras. Todas elas pelegas e com

sindicatos dependentes do imposto sindical, pois muitos têm números irrisórios de sindicalizados. Alguns, sem o imposto, teriam que, literalmente, fechar as portas. Para se ter ideia, em 2016 a CUT ficou com R\$ 59,8 milhões e a Força Sindical com R\$ 46,6 milhões, crescimento de 10% em relação ao ano anterior.

### CSP CONLUTAS É CONTRA, MAS...

Uma velha bandeira do movimento sindical combativo é que a contribuição dos trabalhadores às suas entidades deve ser voluntária. Nada de obrigatório.

A CSP Conlutas, como resolução de Congresso é contra o Imposto Sindical. Uma decisão acertadamente importante. E muitos sindicatos devolvem para todos os trabalhadores a parte (60%) que ficaria com os sindicatos. Mas, há vários sindicatos que não cumprem a resolução.

Uns simplesmente não devolviam. Outros só para as pessoas sindicalizadas e mesmo assim somente se fizer o pedido expressamente. Ou seja, já criaram uma dependência desse dinheiro. Agora terão o problema está aí...

Nós, do Espaço Socialista, defendemos já no I congresso que a CSP que deveria fazer uma campanha com os sindicatos sobre o Imposto Sindical e desse um prazo de 6 meses (ou um ano), caso não abrissem mão e devolvessem, a central não aceitaria a filiação.

### E O PCB? EXPRESSÃO DA ACOMODAÇÃO DE PARCELA DA ESQUERDA

Mas, a surpresa maior é a posição do PCB. No “Olhar Comunista” 394 (maio de 2017) é textual: “O fim do imposto sindical, incluído no projeto de reforma trabalhista em curso no Congresso, se aprovado, será mais

uma medida voltada a enfraquecer as organizações dos trabalhadores no enfrentamento ao patronato”. Em artigo de 2009, Ivan Pinheiro, argumenta que o dinheiro do imposto sindical não é sujo, “*Pelo contrário, é educativo politicamente: o trabalhador financiando seu sindicato. O imposto sindical é apenas um dia de salário por ano*”.

Vários problemas nesses argumentos. O Imposto Sindical é uma das bases do processo de burocratização e do afastamento dos sindicatos da base das categorias. O dirigente sindical não precisa fazer nada e mesmo assim tem a arrecadação. O fato de ser compulsório não educa o trabalhador é sim o contrário, o sindicato torna-se algo que retira seu direito sem sequer prestar contas e explicar sua utilização. Mas, outras organizações também se alinham a esse posicionamento que parcela da esquerda precisa romper.

### DERROTAR O IMPOSTO SINDICAL E A REFORMA TRABALHISTA!

O fim do Imposto Sindical é parte de uma luta pela liberdade e autonomia das organizações sindicais. Significa o Estado não ter qualquer ingerência sobre os sindicatos e, principalmente, que a contribuição dos trabalhadores seja voluntária e não uma imposição como é esse imposto.

E para os setores de esquerda que atuam no movimento sindical, a luta contra o imposto sindical deve ser acompanhada de trabalho de base junto às categorias para fortalecer a organização no local de trabalho, organizar as lutas e assim convencê-las a financiar suas entidades.

O fato de o fim do Imposto Sindical ser um item da nova lei trabalhista não melhora em nada a Reforma Trabalhista, até porque pelo acordo do governo com os pelegos o imposto deve voltar com outro nome.



## O RIO DE JANEIRO SEMPRE FOI ALVO PREFERENCIAL DAS INTERVENÇÕES

**AUTORITÁRIAS**

**Luís - MOS (RJ)**

O Estado do Rio de Janeiro sempre foi o alvo preferencial das intervenções autoritárias. Lembrem-se do golpe de 64, no qual os tanques vieram de Minas Gerais

para reprimir a resistência. A própria fusão GB/RJ foi manobra política para submeter a antiga Guanabara aos barões do antigo RJ.

Portanto, a experiência de manobras dos políticos burgueses no Estado é vasta. Basta como exemplo a chapa Aezão na qual Pezão elegeu-se no jogo duplo que depois ficou demonstrado no episódio do impeachment. Declarou-se contra, juntamente com Dornelles do PP, no entanto, a bancada na Câmara contou apenas com dois votos contrários, do filho de Presidente da ALERJ, Picciani, e do pau mandado de Cunha, um ex-diretor da UNE no período que a esquerda a dirigiu com o discurso pela não assinatura da Constituição.

### **A TUTELA DO JUDICIÁRIO E O VERTICALISMO POLÍTICO DA CONSTITUIÇÃO DE 88**

A Constituição brasileira de 88 que adotou o Estado Democrático de Direito foi elaborada sob os mesmos critérios divergentes entre o número de votantes e de deputados, no qual o estado do Rio e os outros mais populosos ficaram com uma representação desproporcional à sua população. Ou seja, um mesmo congresso da ditadura, acrescido apenas da virtual liberdade de organização partidária. De um modo geral, a Constituição formalizou o velho dogma de que as normas se sobrepõem aos princípios, além disso consagrou a tutela judicial. Hoje esse é o principal elemento que sufoca qualquer permeabilidade das demandas dos trabalhadores de baixos salários que trabalham tanto no setor público como ou no privado. Isso já é antigo, mas ficou mais visível quando foi nomeado pelo governo um presidente do TJ-RJ que elaborou a doutrina da responsabilidade civil contra empresas de transporte que não oferecessem segurança aos usuários.

Ao assumir mudou de posição e hoje se vê àquilo que as manifestações de 2013 denunciavam: o esquema político se mantém tendo como base a promiscuidade entre empresas de transporte, com suas altas tarifas, o executivo e o judiciário. O então deputado constituinte do PT Genoíno teve uma antevisão de que essa aliança legislativa e do executivo tuteladas



pelo judiciário apenas confirmariam o verticalismo e a exclusão participativa popular, por isso já havia proposto que o PT não assinasse a Constituição de 88. No entanto o PT ameaçou-o de expulsão já que fazia parte de uma tendência radical que liderava o movimento estudantil na época, o PRC. Por fim, essa tendência se dissolveu e Genoíno capitulando foi dar a maioria para que o PT fosse tomado pelos ainda mais “radicais” frente-populistas que amarraram o PT à burguesia.

### **O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NA OFENSIVA PENTECOSTAL E DA DIREITA**

E isso já ocorreu na eleição de 89, aceitando acordos espúrios com partidos burgueses a aliança do PT com a burguesia incluía o atual articulador do massacre social e político no Rio de Janeiro, o blindado Moreira Franco. Assim, como se viu posteriormente nos escandalosos financiamentos de campanha, na verdade, sempre houve jogo duplo. O PMDB de Moreira e o PSDB, filhote da Aliança Liberal, esperaram a oportunidade para o bote.

O PT aderiu finalmente à linha da Igreja Católica, que tentava adequar o movimento pela reforma agrária à Aliança do PMDB com os escolhos da ditadura, a famigerada chapa Tancredo/Sarney. Com isso a Teologia da Libertação foi praticamente expulsa e a luta pela reforma agrária foi conduzida para o calvário da assembleia constituinte. Hoje a Igreja se cala diante da invasão pela PM da Igreja São José para balear manifestantes. Como aliás já havia se calado na visita do Papa, quando agentes provocadores da polícia foram filmados dentro das

manifestações contra a Copa em frente ao Palácio Guanabara reformado com uma verba milionária para o evento.

Na Constituição, a Igreja que pouco tinha participado do movimento pelas Diretas Já, acabou sendo agraciada pela imposição do nome de “Deus” no preâmbulo da Constituição. Essa foi como numa das tantas emboscadas da UDR de Ronaldo Caiado que ceifou a vida de inúmeros trabalhadores rurais e lideranças sindicais ligadas à própria Igreja, mas que naquele momento eram repudiadas pelo “Santo” Papa João Paulo II, que já era bastante experiente em restauração capitalista no seu país natal. Desde então se notou o vertiginoso crescimento das igrejas pentecostais de clara orientação direitista.

### **A TRADIÇÃO VERTICALISTA E PRÓ-CAPITALISTA DO APARATO POLÍTICO E LEGAL**

A constituição também manteve intacto o oligopólio da mídia que se fez sentir na primeira eleição presidencial em 89. Aliás, a burguesia brasileira nunca esteve muito contente de aceitar eleições diretas, impulsionou para sabotá-la um candidato sem base social e parlamentar para depois derrubá-lo. Anexou também um plebiscito sobre o parlamentarismo e, pasmem, até pela monarquia com ambos os itens fragorosamente derrotados. Porém, a tática da experiente burguesia brasileira se fez sentir na manobra pelo parlamentarismo informal com FHC, com sua intervenção em favor dos bancos que o catapultaria à presidência por duas vezes.

### **OS OBJETIVOS DOS ARRANJOS DE PODER**

A estratégia de FHC foi tão bem sucedida que foi repetida agora no destronamento do governo Dilma. Por conta disso, o Plano de Ajuste Fiscal segue linhas muito semelhantes, pois o controle monetário e cambial já havia sido feito no próprio governo da FBP pelo atual ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, presidente do Banco Central nos dois mandatos de Lula, que preparou a sua carta de governo ao FMI: dinheiro não faltaria e dez por cento (a gorjeta) disso seriam destinados aos programas sociais.

## A GUERRA MILITAR E POLICIAL CONTRA AS COMUNIDADES E OS MANIFESTANTES

Posteriormente, todo o esquema repressivo montado na Copa e nas Olimpíadas articulava o fator decisivo para a instalação desse governo intervencionista, usurpador e privatista que ora agride a classe trabalhadora. A lei antiterrorismo, precedida pela UPP, confinou as comunidades, favoreceu a expansão do tráfico de drogas em âmbito nacional e criou uma situação de caos na segurança pública proposital para favorecer uma intervenção militar. O governo do Estado blindado pelo Judiciário, cujos desembargadores indicados são aliados, fechando os olhos ao esquema repressivo montado contra manifestantes e a guerra civil controlada pela PM com expedições punitivas nas comunidades, como a chacina do Chapadão, se sucedem. Trabalhadores, ativistas, estudantes e até dirigentes sindicais têm sido detidos de modo provocativo dentro das manifestações e alguns têm sido libertados pela pronta defesa dos próprios ativistas. Desse modo a PM tem reiteradamente feito o seu show de arrogância em horário programado com as redes de TV para mostrar a capacidade de truculência que habitualmente usa nas comunidades.

### A COLABORAÇÃO DE CLASSES ELEITORAL E MILITAR E A SABOTAGEM DOS MOVIMENTOS CLASSISTAS

A guerra social contra os trabalhadores e servidores se ampliou com todo o cinismo, em muitos casos, não é retirado o direito do papel, mas o retira de forma gradual com a extinção dos serviços públicos. Nisso há que se dizer que a resistência não tem sido



audaciosa.

Um dos motivos é a confiança que muitos setores do movimento colocam nas respostas parlamentares e as alianças com setores que visivelmente sabotam o movimento. Ao terem se submetido à política dos partidos burgueses que tomaram o controle de vários sindicatos, como exemplo, os coxins do MUSPE, que servem como fachada para lideranças ligadas aos deputados de orientação fascista. A autoproclamada esquerda, que já hegemonizou vários sindicatos, também está em crise e foi deposta de vários sindicatos por conta de seus inúmeros erros e apoiar greves de policiais foi um dos mais graves. Acredita ainda numa aliança com esses setores tendo em vista que não têm projeto de superar essa corja pela auto-organização dos trabalhadores, mas sim acumular forças para um novo processo democrático-popular onde sonham superar a combatida FBP.

### A CRUZ ENCONTRA A ESPADA

Tanto mais sonhadora é a esquerda na medida em que na situação de hoje a cruz encontrou a espada. Ou seja, igrejas cada vez mais hostis e organizadas junto com milícias aliadas aos traficantes

de armas e drogas, protegidas pela “ineficiência” e “vantagens” recebidas pela “segurança pública”, protegidas pelo judiciário anti-operário e racista, por um Estado já corporalizado por empreiteiras, empresas de transporte e de todo o conjunto de transnacionais envolvidas na privatização financiada pelo BNDES de águas e do pré-sal.

### POR UM PROGRAMA OPERÁRIO PARA O MOVIMENTO DE LUTA INDEPENDENTE

Está na hora dos movimentos experimentarem uma estratégia diferente da que tivemos até agora: ao invés da caduca democrático-popular a organização da luta operária classista. Sintomas disso já começam a aparecer com o fracasso dos partidos eleitorais e da traição da greve geral que colocou mais desconfiança nas burocracias sindicais. Uma virtual substituição já se apresenta nas eleições do Sindipetro e se forma também uma oposição à diretoria da Força Sindical no Sindimetal de Volta Redonda. Entretanto, se não se modificarem os métodos e os programas das novas direções, se imitarem o mesmo trajeto do PT e da CUT, limitando os movimentos apenas aos processos eleitorais, burgueses e sindicais, não haverá avanço. É preciso organizar toda a classe para além mesmo das organizações tradicionais, impulsionar a horizontalidade e a decisão coletiva de novos organismos de luta, nos locais de trabalho e comunidades. Principalmente, num momento em que é preciso não ser pego de surpresa pelas ofensivas armadas e militares da burguesia. Vacilar nesse chamado apenas beneficiará as frentes sem princípios classistas que tantas derrotas nos têm trazido.

## DA OFENSIVA DE KORNILOV ÀS VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

SÉRGIO LESSA

Vimos, no Jornal Espaço Socialista do mês passado, como a sobrevivência de um Governo Provisório cada vez mais enfraquecido e desacreditado ante a ofensiva espontânea das massas nos meses de maio e junho, abriu

espaço para que as forças reacionárias, lideradas pelo General Kornilov, tomassem a iniciativa. Os revolucionários, os bolcheviques antes de todos, são perseguidos e aprisionados, Lênin ameaçado de morte tem que se refugiar na Finlândia (e



aproveitaria esses meses lá isolado para escrever *O Estado e a revolução*), o jornal bolchevique é empastelado. O Alto Comando Militar fez o que pode para acabar com a influência da organização revolucionária dos soldados e marinheiros e, nas fábricas, os patrões combatem com toda a ferocidade a organização dos trabalhadores e operários. O Governo Provisório apoia a ofensiva contrarrevolucionária com a condição de que ela o mantivesse no poder; os contrarrevolucionários aceitam a aliança com Kerenski e o Governo Provisório para destruir a esquerda e, em seguida, derrubar o próprio Governo Provisório. Em poucas palavras, os dias do Governo Kerenski estavam contados. A questão era se o sucederia um governo dos trabalhadores, soldados e camponeses ou um governo contrarrevolucionário. Isso seria sucedido nas poucas semanas que vão do 9 de setembro ao 25 de outubro de 1917, pouco mais de 6 semanas! Nesse mês, veremos como as condições amadureceram revolucionariamente nessas poucas semanas e, no mês que vem, como foi a tomada do poder pelos bolcheviques.

Voltemos um pouco no tempo, aos meses de julho e agosto. Nesses meses, ainda durante a ofensiva de Kornilov e seus partidários, aproveitando o refluxo da maré revolucionária, a burguesia e o governo provisório não perderam tempo em lutar contra os comitês de fábricas e a influência que estes exerciam no interior das unidades de produção. A 3 de agosto o Governo Provisório lançou uma campanha contra os comitês nas estradas de ferro. “Kukel, vice-ministro da Marinha, propõe a proclamação da lei marcial nas estradas de ferro e a criação de comissão com poderes para dissolver os comitês” (1)

“Pouco tempo depois se reuniu em Petrogrado uma Conferência de patrões que criou uma União de Associações Patronais. Seu presidente, Birmanov, declarou que o principal objetivo da nova organização era a eliminação da intrusão dos Comitês de Fábrica nas funções que são privativas da direção”.

Essas tentativas foram enfrentadas pela “Segunda Conferência dos

Comitês de Fábrica de Petrogrado e províncias adjacentes”, que se reuniu de 7 a 12 de agosto. A conferência referendou as disposições anteriores que davam autonomia para a atuação dos comitês na fábrica, rejeitou as pretensões dos patrões de controlar a criação, ou de extinguir, os comitês eleitos diretamente pelos operários. Além disso, a conferência decidiu dar os primeiros passos no sentido de desvincular os comitês de qualquer controle dos sindicatos, nas mãos principalmente dos mencheviques. Para isso, 0,25% dos salários dos operários representados deveriam ser canalizados para a criação de um fundo para o Soviete Central dos Comitês de Fábrica, que ficaria assim “financeiramente independente dos sindicatos”.

Nas resoluções aprovadas pela Conferência, os Comitês de Fábrica exigem para si o direito de “controlar a composição da administração, e (...) a demissão de todos os que não pudessem garantir relações normais entre os operários ou que fossem incompetentes por outras razões”. “Todo membro do pessoal administrativo da fábrica terá que obter autorização do comitê de fábrica, para ocupar um posto; o comitê dará conhecimento de sua posição na Reunião Geral de toda a fábrica ou através de comitês de departamentos ou de oficina”.

No final de agosto, diversas greves importantes ocorreram: trabalhadores do couro, mineiros de Donbás, petroleiros de Baku, têxteis de Petrogrado. Nestas greves, uma característica comum: do lado dos patrões uma disposição em aumentar os salários, mas nunca reconhecer os comitês de fábrica. De outro lado, a disposição dos operários de reivindicarem, em primeiro lugar, que o direito de demissão e contratação de pessoal da fábrica coubesse somente ao comitê eleito pelos operários.

No dia 28 de agosto, o Governo Provisório, através de seu ministro (menchevique) do trabalho Skobelev, promulgou a “Circular 421” que proibia as reuniões de comitês de fábrica durante o horário de trabalho “devido à necessidade de consagrar

todas as energias e todos os segundos a um trabalho intensivo”. Mais uma vez o Governo Provisório tentava controlar a organização independente dos operários através de decretos que somente serviam para desmoralizá-lo frente às massas. Naquela conjuntura, os operários não mais obedeciam a decretos como este.

## AS LUTAS CAMPONESAS

Enquanto o papel decisivo da luta do operariado era exercido pelos operários de Petrogrado, entre os camponeses, o mesmo papel era exercido pelas regiões agrícolas da Rússia Central, notadamente no vale médio do Rio Volga. Lá a agricultura, organizada tendo em vista a exportação, tinha adquirido um caráter mais capitalista e a estratificação entre os camponeses era mais definida.

Durante o verão, a luta dos camponeses cresceu de forma constante, aproximando-se da guerra civil. A forma de luta variava segundo a região: ocupação de fazendas, colheitas realizadas sem a autorização dos senhores da terra, distribuição de terras, etc. Até julho, o método empregado pelo Governo Provisório para combater os revoltosos tinha sido o envio de oradores protegidos por soldados aos locais onde os trabalhadores rurais estivessem “quebrando a lei” para persuadi-los a voltar atrás. No entanto, após a vitória sobre os trabalhadores em julho, as tropas da cavalaria se dirigiram ao campo, sem oradores, e se colocavam à disposição dos latifundiários. Na província de Kazan, uma das mais



tumultuadas, eles obtiveram sucesso – para citar o jovem historiador Yugov -- “somente através de prisões, trazendo tropas para o interior das vilas, mesmo revivendo o costume do chicoteamento (...) reduzir os camponeses à submissão”.

No entanto, a partir do verão, especialmente após o mês de agosto, o movimento camponês começou a tomar claramente um rumo cada vez mais à esquerda. Decrescem proporcionalmente as lutas que envolviam as taxas de aluguel do arrendamento da terra, ao mesmo tempo que crescem em proporção as ocupações de terras e a destruição das propriedades dos nobres e da Igreja. A luta pela modificação das condições de aluguel da terra, que em junho excediam os números de casos de movimentos destrutivos caíram em outubro para 1/40 do número (dos conflitos camponeses). “Mais de 42% de todos os casos de destruição registrados pela polícia entre a revolução de Fevereiro e a de Outubro, ocorreram no mês de outubro”.(29)

“Nos distritos que importavam grãos, a situação da alimentação deteriorou mais rapidamente que nas cidades. Não somente estava faltando comida, como também sementes (...). A população buscava substitutos para o pão. Relatórios davam conta de casos de escorbuto, tifo e suicídio de desespero. Fome e sua crescente sombra faziam a vizinhança da opulência e luxúria especialmente intolerável. As camadas mais destituídas das vilas moveram-se para as primeiras fileiras da luta”.

A tática utilizada pelos camponeses para combater os latifundiários era a mesma tática das velhas guerras camponesas: destruir completamente a propriedade

dos inimigos. Os latifúndios eram reduzidos à “terra arrasada”. Apesar da amplitude e violência, essas lutas se dirigiam fundamentalmente contra as “reliquias da servidão” e não contra o capitalismo em si: em 4.954 conflitos no campo, somente 324 envolveram a luta contra a burguesia camponesa, isto é, os camponeses mais abastados. A propriedade camponesa era, essencialmente, respeitada pelo movimento. A razão disso é que o movimento camponês em 1917 foi um movimento essencialmente democrático (não socialista). O seu programa, foi o programa dos sociais-revolucionários: Terra e Liberdade. Só que, para os camponeses levarem até o fim o programa dos sociais-revolucionários, tiveram que derrubar, por meio de uma revolução, o governo social-revolucionário de Kerenski. Tal foi a dialética da Revolução Russa.

A ligação muito forte que existia entre camponeses e operários, que há poucas gerações haviam abandonado o campo e se dirigido à cidade, contribuía para fazer com que o espírito revolucionário dos operários, o seu desejo de derrubar o Governo Provisório, se alastrasse pelos campos. Os milhares de soldados que desertavam e voltavam para suas aldeias, carregavam com eles uma nova visão da velha Rússia: conheciam agora muito mais do país de seus antepassados, os quais raramente saíam além dos limites de suas vilas. Seu contato com os camponeses e operários de outras regiões da Rússia, bem como o vivo ambiente de discussão política que envolvia os soldados, principalmente devido à atuação dos comitês de soldados, lhes havia proporcionado uma visão mais clara a respeito dos problemas que os atingiam. As

lideranças dos soviets e Comitês Sobre a Terra ia passando dos professores de aldeias sociais-revolucionários e mencheviques para os soldados, num processo irresistível.

Para o Governo Provisório, mandar tropas para sufocar a

rebelião camponesa era cada vez mais desvantajoso. Um número cada vez maior de tropas enviadas ao interior com este objetivo aderiu à revolta. “Assim, a revolta rural desatava os últimos nós que amarravam o exército (czarista)”.

“Outono para os mujiques é o tempo de política. Os campos estão colhidos, ilusões desfeitas, paciência esgotada. Hora de acertar as coisas.” “O movimento agora transborda, invade todos os distritos, acaba com peculiaridades regionais, absorve todos os estratos sociais da vila, desaparece com todas as considerações de leis e prudência, se torna agressivo, selvagem, furioso, de grande violência, armado por aço e força, revólver, granadas de mão, demole e queima as residências dos proprietários, expulsam os latifundiários, limpa a terra e muitas vezes molha-as com sangue.” (32)

“A fraqueza desta revolução burguesa atrasada se manifesta no fato de que a guerra camponesa não empurrou os revolucionários burgueses para a frente, mas jogou-os conclusivamente no campo da contrarrevolução. Tseretelli, o condenado em trabalhos forçados de ontem, defendia as propriedades dos latifundiários da ‘anarquia!’” A revolução camponesa, assim rejeitada pela burguesia, juntou suas mãos com o proletariado industrial. “Neste sentido, o século 20 se livrou de todos os séculos passados que pesavam sobre ele, subindo em seus ombros para um novo nível histórico. Para que os camponeses pudessem cercar e limpar suas terras, os trabalhadores tinham que ficar na cabeça do Estado: esta é a fórmula mais simples da revolução de outubro.”

## A CONSTRUÇÃO DO GOVERNO SOVIÉTICO

No *front*, a situação do Governo Provisório não era melhor, apesar da afirmação de Kerenski ao Primeiro Ministro inglês, Loyd George, de que a Rússia estava preparada para lançar uma ofensiva contra os alemães em melhores condições que a de junho. As instituições governamentais no Exército estavam completamente soltas no ar. “O comissário do 2º



Exército relatou que as cortes militares não podiam funcionar porque os soldados testemunhas se recusavam a aparecer e testemunhar. Regimentos inteiros se recusavam a atirar e a confraternização com os soldados alemães, que em julho havia sido interrompida, continuava num ritmo cada vez maior”. Os delegados do 133º Corpo do Exército fizeram esse relatório no soviete de Petrogrado: “Se não há um real esforço pela paz, os soldados mesmos tomarão o poder e declararão o armistício”.

Nas fábricas, os operários continuam desenvolvendo seus comitês, “que se multiplicam por todas as partes em um ritmo incrível”. A conferência dos operários das fábricas bélicas montou comissões para estudar o problema da conversão da indústria de guerra para a produção de tempo de paz, fazia funcionar as fábricas que os patrões fecharam num movimento de *blackout*, membros dos comitês de fábrica de Petrogrado entravam em contato com mineiros e com os comitês das estradas de ferro, para garantir o abastecimento de combustível e matérias-primas para suas fábricas. As organizações dos operários se encarregavam de garantir o abastecimento de água, energia elétrica, combustível e comida para as cidades.

O governo dos sovietes estava tomando forma. “Ele cresceu de baixo, do colapso da indústria, da impotência dos proprietários, das necessidades das massas.” No primeiro Congresso dos Sovietes, em Julho, decidiu-se que ele deveria ser convocado a cada três meses. No entanto, o Comitê Executivo dominado pelos partidos que tendiam a um compromisso com o Governo Provisório, não tinha qualquer interesse em convocar o Congresso. Esta tarefa

coube aos bolcheviques, depois de conquistarem a maioria do congresso em Petrogrado. O II Congresso dos Sovietes foi convocado para o dia 20 de outubro. Estava ele destinado a tomar o poder do Governo Provisório e dar nascimento ao governo soviético.

Um movimento insurrecional de massas deve, necessariamente criar os órgãos destinados a realizar a insurreição. Enquanto corpo político, os sovietes eram esses órgãos. Mas, quando passavam a um plano insurrecional mais evidente, às questões de ordens técnicas e militares, um corpo como o soviete era insuficiente. Por isso o Soviete de Petrogrado criou, em meados de setembro, o Comitê Revolucionário-Militar. O Comitê foi criado por uma proposta dos mencheviques que queriam um órgão à parte do soviete para controlar a guarnição de Petrogrado e arredores no sentido de impedir a tomada do poder pelas massas. Mas, naquele momento, isto era historicamente impossível; e o órgão contrarrevolucionário acabou se convertendo no principal órgão coordenador do processo insurrecional em Petrogrado.

O primeiro conflito aberto do Comitê Revolucionário-Militar com o Governo Provisório foi a respeito da transferência dos regimentos mais revolucionários para o *front*. O objetivo do Governo Provisório era substituir essas tropas, mais “confiáveis”, para reprimir os bolcheviques e as massas. “A burguesia sabe que o soviete de Petrogrado proporá que o Congresso dos Sovietes tome o poder... E prevendo uma batalha inevitável, as classes burguesas estão tentando desarmar Petrogrado”, afirma Trotsky no soviete de Petrogrado.

Neste meio tempo, os mencheviques, assustados com a

A iniciativa em se apoderar das instituições veio, em muitos casos, de baixo. Os trabalhadores dos arsenais do Forte Pedro e Paulo, em Petrogrado, suspenderam o envio de armas a diversas formações militares formadas pelos contrarrevolucionários, e um controle semelhante se estendeu a outros arsenais e mesmo a vendedores particulares de armas. Daí em diante armas somente eram liberadas sob as ordens dos comissários do soviete. Os tipógrafos se recusavam a imprimir folhetos e impressos contrarrevolucionários.

Para o dia 22 de outubro, domingo, foi marcado o “Dia do Soviete”. O objetivo era realizar “pequenas” reuniões, envolvendo milhares de trabalhadores em cada uma, preferencialmente em locais fechados, com o objetivo de fazer uma revisão pacífica da força dos operários, sem correr o risco de uma eclosão prematura e desorganizada da insurreição.

No dia anterior, como preparativo desta revisão pacífica de forças, o Comitê Revolucionário Militar nomeou três comissários para o Quartel General do Exército. Nenhuma ordem do Quartel General deveria ter validade sem a chancela e a aprovação de um dos comissários.

Depois de escutar o informe dos comissários, Polkonikov, um social-revolucionário apontado por Kerenski como chefe da guarnição em Petrogrado, se recusou a se submeter aos comissários. Em vista disso, a Conferência da Guarnição de Petrogrado, que estava ocorrendo naquele dia, decidiu que a ruptura com o Quartel General era um fato, e que deveria tomar isso como o início de uma ofensiva revolucionária. No dia seguinte, um anúncio da Conferência de Regimento de Petrogrado declara o Quartel General como órgão da contrarrevolução. Somente as ordens do Comitê Revolucionário Militar deveriam ser obedecidas pelos soldados. A insurreição estava tomando, formalmente, o controle da situação.

No dia seguinte (dia 23), toda a população trabalhadora de Petrogrado e adjacências participou das reuniões.



Neste meio tempo, os mencheviques, assustados com a perspectiva de que o Congresso dos Sovietes de fato tomasse o poder, propõem o adiamento do mesmo por 5 dias, o que os bolcheviques aceitam rapidamente para terem um prazo maior para organizar a insurreição.

“Nenhuma reunião como essa havia sido vista antes, durante a Revolução”. Milhares de trabalhadores, abarrotando todos os auditórios, escolas, salas de cinema, teatro ou de audiência, com seus casacos escuros e bonés, suas faces marcadas pelo passado, e seus olhos brilhando com a esperança de um futuro promissor, passaram o dia conhecendo-se, e conhecendo seus líderes. “Cada lado estava satisfeito com o outro. Os líderes estavam convencidos: não podemos postergar mais! As massas diziam para si mesmas: desta vez a coisa será feita!” Abaixo Kerenski! Abaixo a Guerra! Todo poder aos Sovietes!

## O PARTIDO BOLCHEVIQUE E A INSURREIÇÃO DE OUTUBRO

Enquanto isso, uma feroz luta se travava no interior do partido bolchevique. A questão era: estava ou não no momento de se convocar uma insurreição? Lênin desde o final de setembro estava exigindo que o Comitê Central tomasse medidas concretas para a insurreição. Em 27 de setembro, de seu esconderijo na Finlândia escrevia a Smilga (bolchevique Presidente do Soviete da Finlândia): “... Os bolcheviques não estão fazendo um trabalho sistemático de preparação de suas forças para derrubar Kerenski”. Lênin receava que o adiamento da insurreição fornecesse tempo para que as tropas cossacas, contrarrevolucionárias, fossem trazidas a Petrogrado.

No dia seguinte, Lênin escreveria seu folheto “A crise está madura” onde faz uma verdadeira declaração de guerra ao Comitê Central: “Devemos... reconhecer a verdade que, entre nós, no Comitê Central e nas altas esferas do partido, existe uma corrente de opinião favorável a esperar o Congresso dos Sovietes, oposta à tomada do poder, oposta à insurreição imediatamente. Há que vencer esta corrente de opinião.” “Porque deixar passar este momento, e esperar o Congresso dos Sovietes é uma idiotice completa ou uma traição completa.”

Protestando contra o fato de que o Comitê Central não havia respondido às suas cartas sobre o assunto, e que o órgão do partido havia censurado seus

artigos criticando a política direitista do Comitê Central, continua Lênin: “Vejo-me obrigado a demitir-me do meu cargo e a reservar-me a liberdade de fazer agitação nas organizações de base do partido e em seu Congresso.”

Cópias desta carta ele não só enviou ao Comitê Central, mas aos Comitês de Moscou e Petrogrado, e providenciou que os militantes mais confiáveis tomassem conhecimento dela. “Não muito tempo atrás,” relata Naumov, um trabalhador do distrito de Vyborg, “nós obtivemos uma carta de Ilich para o Comitê Central... Nós lemos a carta e engolimos em seco. Parece que Lênin há muito colocou no Comitê Central a questão da insurreição. Nós fizemos barulho. Começamos a pressioná-los”.

Sem dúvida sob a insistência de Lênin, no final de setembro o Comitê Regional de Moscou adotou uma dura resolução criticando o Comitê Central por não adotar uma estratégia direta para a insurreição, e assim introduzir confusão entre os militantes. Na reunião de 3 de outubro do Comitê Central, decidiu-se “não discutir a questão levantada pela resolução adotada pelo comitê de Moscou”.

Graças à pressão exercida pelos setores intermediários e de base do partido, auxiliados por Lênin, o Comitê Central resolve convocar uma reunião no dia 10 de outubro, com o objetivo de discutir a questão da insurreição. Por dez votos a dois (Kamenev e Zinoviev) é aprovada a resolução proposta por Lênin, afirmando que a situação internacional vinha amadurecendo rapidamente em favor da revolução mundial, que a revolta da Marinha alemã era um sinal claro disso; e que internamente as condições estavam maduras para a tomada do poder: “A situação política está pronta. Nós devemos falar do aspecto técnico. (...) Enquanto isso, como os defensivos, nós estamos inclinados a encarar o preparo sistemático da insurreição como algo da natureza de um pecado político. Nós devemos tomar o poder imediatamente e não esperar o Congresso”.

No dia seguinte, Kamenev e Zinoviev distribuíram para as principais organizações do Partido e ao Comitê Central um longo documento no qual eles discordavam da tática adotada pelo Comitê Central no dia anterior em favor da insurreição, que consideravam prematura. “Nós temos uma considerável parte dos trabalhadores e dos soldados a nosso favor”. Mas entre estes setores e a burguesia se encontra a pequena burguesia, que no momento balança mais para o lado da burguesia do que para o lado do proletariado.

Além disso, segundo o documento de Kamenev e Zinoviev, a situação internacional também não era favorável como a avaliação do Comitê Central afirmava. Se existiam sinais concretos da possibilidade de levantes operários na Europa Ocidental, esses sinais ainda não passavam de sinais; e, entre eles e uma ofensiva geral do proletariado contra a burguesia existia um longo caminho. O documento propunha que os bolcheviques mantivessem uma posição “defensista”, somente tomando o poder por meio de uma insurreição se tentativas de ofensivas por parte da burguesia tornassem a insurreição inevitável. Que traçassem sua tática levando em conta a impossibilidade da burguesia não convocar a Assembleia Constituinte e se preparar para contar com o maior número possível de delegados nela. Aí deveria residir o veio da tática bolchevique ...

Uma declaração de Zinoviev e Kamenev atacando a decisão do Comitê Central é também apresentada ao público nas páginas do jornal de Gorki, que compunha a esquerda dos mencheviques. No artigo, os dois líderes bolcheviques denunciam a preparação da insurreição pelos bolcheviques.



Isto aumenta, ainda mais, a crise no interior do Partido. Na reunião do Comitê Central de 20 de outubro, Lenin propõe a expulsão de Kamenev e Zinoviev como “fura-greves”, que por sua vez haviam se demitido do Comitê Central a 16 do mesmo mês. A confusão aumenta, quando Zinoviev, numa sessão do soviete de Petrogrado, se declara totalmente de acordo com Trotsky quando este, questionado pelos mencheviques se o soviete estava preparando a insurreição, é obrigado a declarar que não, mas que a preparariam se a situação exigisse. Naquele momento não era oportuno, ainda, julgava a maioria bolchevique, assumir publicamente a preparação da derrubada do Governo Provisório.

A confusão aumenta quando, no órgão central bolchevique, é publicada uma carta de Zinoviev endossando a afirmação de Trotsky e afirmando que “seria possível fechar fileiras com Lenin e deixar a disputa até que as

circunstâncias sejam mais favoráveis”. Só como registro histórico, vale notar que naquela circunstância Stalin tomou posição favorável ao ponto de vista de que seria possível a tática de Lênin conviver com a de Zinoviev e Kamenev, e publica, junto com a carta de Zinoviev, uma nota da redação onde afirma que “o agudo tom do artigo de Lênin não altera o fato que, fundamentalmente, nós permanecemos com o mesmo objetivo”.

Apesar do desconhecimento que pesava sobre os militantes de base, e sobre os operários a respeito do que, de fato, ocorria no interior do partido bolchevique, um forte deslocamento das bases do partido e dos trabalhadores e soldados em direção à insurreição era visível. Mais e mais destacamentos de soldados, e comitês de fábrica, sovietes de distritos, etc., se pronunciavam pela tomada do poder pelo Congresso dos Sovietes que deveria iniciar em poucos dias.

A tomada de poder, em uma revolução, nunca é um processo simples, direto e imediato. Setores e classes sociais oscilam, os principais personagens nem sempre têm uma visão clara do que se passa, as massas se dividem mais agudamente entre a porção favorável e a contrária ao processo revolucionário. Nesses momentos, contudo, tem sido sempre a pressão das massas que possibilita que os líderes favoráveis à tomada de poder terminem por prevalecer o avanço do processo. Veremos, no mês que vem, como isso se deu com a Revolução de Outubro.

Até lá, viva a Revolução de 1917!  
Abaixo o stalinismo!

Nota:

(1) Lembremos, como nos meses anteriores, que todas as citações entre aspas foram retiradas de A história da Revolução Russa, de Leon Trotsky.

## A RESISTÊNCIA EM HAMBURGO CONTRA OS PAÍSES IMPERIALISTAS

**N**os dias 7 e 8 de julho desse ano aconteceu em Hamburgo (Alemanha) a última reunião do G20, grupo que reúne a União Européia, as 17 maiores economias do mundo (exceto o Irã e a Espanha), mais a África do Sul e a Argentina, e tem como objetivo discutir questões da economia mundial e temas que a influenciam. O fato desse grupo reunir países que controlam 2/3 da população, 80% do comércio e 85% da riqueza produzida no mundo, mais a presença dos chefes de Estado e Governo dos países-membros nas suas reuniões, dão uma importância além do simbolismo aos encontros do G20.

Em Hamburgo os principais objetivos eram fortalecer o comércio internacional e firmar um compromisso com o cumprimento do “Acordo de Paris” contra o aquecimento global. Isso não foi conseguido completamente, pois os EUA influenciaram no texto do documento final, conseguindo que não constasse uma crítica enfática ao protecionismo e o apoio incondicional ao acordo ambiental, apesar de ser o único país contrário a esses pontos.

Pela primeira vez o G20 não conseguiu finalizar um encontro com resultados consensuais, tornando públicas suas divergências, demonstrando, ao mesmo tempo, como Donald Trump está em desacordo com os seus principais aliados e como ainda tem força para se fazer ouvir.

### BEM-VINDO AO INFERNO

Um aspecto mais interessante, porém, foram os protestos que ocorreram durante essa reunião de cúpula. Mais especificamente aqueles realizados por uma frente anarquista internacional que para esse evento assumiu o nome de “Welcome to Hell” (Bem-vindo ao inferno), nome que se transformou também no slogan do movimento, batizou a campanha que viabilizou suas ações e invadiu as manchetes da grande mídia internacional sobre o encontro do G20.

As informações públicas sobre essa frente anarquista (chamada por eles de “aliança”) são escassas, mas suficientes para caracterizá-la minimamente e deduzir algo sobre a sua organização e formas de atuação. Trata-se de uma aliança permanente,



mas que só assume nomes (provisórios) conforme atuações específicas sejam necessárias, como a de Hamburgo. Sua organização é normalmente descentralizada e horizontal e sua estrutura pulverizada, pois é formada pelas próprias organizações que a compõem (seus membros são principalmente da

Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia). No caso do Welcome to Hell (WH) a organização foi centralizada na Alemanha, local do evento, principalmente porque a organização das manifestações durou alguns meses, o que poderia ser feito mais facilmente por residentes do país.

A composição das frentes e redes anarquistas não são muito rígidas, sobrepondo-se e recombina-se conforme os interesses de seus membros, de forma que talvez não seja correto afirmar que a aliança da qual faz parte o WH seja uma dissidência formal da rede que surgiu como consequência das manifestações de Seattle (EUA), em 1999, por ocasião do encontro da OMC, mas ela própria aponta que há diferenças. O WH avalia que desde Seattle encontros de cúpula estimularam a resistência radical e ajudaram no desenvolvimento de uma “rede caótica” de grupos de tendências autonomistas, anarquistas e anti-autoritárias por toda a Europa. Com o tempo, porém, a combatividade foi se perdendo e os protestos que acompanham as reuniões de cúpula tornaram-se algo mais próximo de uma “excursão turística de manifestantes”.

### **AÇÃO DIRETA PARA ALÉM DA CÚPULA**

Essa aliança, portanto, se reivindica mais radical e adepta da ação direta, repudiando manifestações pacíficas. Para Hamburgo o WH não se preocupou em denunciar o G20, seus integrantes e suas práticas ou em explicar ou justificar seus objetivos, pois segundo eles “a injustiça do mundo já foi declarada mais de mil vezes”, sendo agora a vez de quem está disposto a agir. Em termos de propaganda, não se baseiam na discussão de ideias, mas na arregimentação via ação



direta, meio pelo qual o movimento poderia reconhecer sua força e capacidade, primeiro passo para tornar os indivíduos aptos a assumirem o controle de sua própria existência por meio da auto-organização em estruturas coletivas – o que não pode ser conseguido por meio de textos ou manifestos. Anticapitalistas, se opõem ao reformismo, mas não falam em revolução ou se referem aos possíveis benefícios de uma nova forma de organização social, limitando-se a enumerar as formas de dominação e opressão que combatem (definem o capitalismo como uma relação de dominação e violência social) e a importância do modo de fazê-lo. Os comunicados de alguns grupos contêm afirmações contra organizações marxistas, que são colocadas entre os “idiotas da esquerda” que se satisfazem com os rituais democráticos.

Como método de divulgação essa aliança faz “chamadas internacionais”, como a convocação para os protestos em Hamburgo, que são divulgadas pelos seus grupos-membros em conjunto com as suas ações locais. Um exemplo típico de como isso se dá é o caso de um grupo anarquista espanhol que, em 7 de junho, incendiou uma agência do banco espanhol Bankia no bairro de Mirasierra, em Madrid. No texto de reivindicação da ação explicam que o ataque foi feito como parte da luta contra a gentrificação do bairro e ao mesmo tempo como retaliação à condenação de dois membros de um grupo de anarquistas expropriadores alemães (outra “chamada internacional” em vigência) e como forma de apoio às chamadas para os protestos contra o G20 em Hamburgo. A chamada internacional contra o G20 foi dada no fim do ano passado e os protestos vieram

sendo organizados desde então.

Em Hamburgo o principal objetivo era trazer complicações ou constrangimentos para a realização do evento, e não impedi-lo, o que foi feito levando os protestos para as áreas interditas à circulação da população.

Iniciaram uma série de atividades em Hamburgo já na semana anterior ao encontro do G20 (entre 28/06 e 04/07), com a realização de palestras, exibição de filmes e debates, em praças públicas, cinemas e universidades. Houve a preocupação em tentar antecipar o planejamento de segurança que seria adotado pela polícia, com a indicação das áreas em que o acesso não seria permitido ou seria restrito e o número de policiais mobilizados para o dia: cerca de 20 mil, com a presença de atiradores de elite posicionados nos telhados da cidade. Informações oficiais do governo alemão estimam que ao menos 100 mil manifestantes de diversos países estiveram em Hamburgo, tendo cerca de doze mil deles se envolvido nos confrontos promovidos pelo Welcome to Hell. Somente no dia 6/7, véspera do encontro do G20 e quando se deu o principal confronto entre polícia e manifestantes, conforme o governo alemão, 160 policiais ficaram feridos, 70 pessoas foram detidas e dezenas de carros foram incendiados.

Duas semanas após Hamburgo o WH ainda não havia divulgado um balanço público das suas ações, mas promete fazer isto tão logo a avaliação interna se encerre. Por ora, o que há de concreto é que uma chamada internacional foi emitida a favor dos militantes que seguem presos na Alemanha. Liberdade imediata para todos os ativistas presos! Ação direta para além da cúpula: superar o capitalismo!

Editado sob responsabilidade da coordenação do Espaço Socialista. Os artigos assinados não necessariamente refletem a posição da Organização.

#### **CONTATOS**

[www.espacosocialista.org](http://www.espacosocialista.org)  
[espacosocialista@hotmail.com](mailto:espacosocialista@hotmail.com)  
[facebook.com/espacosocialista1](https://facebook.com/espacosocialista1)